

Fidelino de Figueiredo e a Épica Portuguesa

Justino Mendes de Almeida

Perdoem-me a menção de um facto pessoal, e não se veja nisto outra atitude que não seja a vontade de clarificação de situações susceptíveis de uma certa ambiguidade de interpretação. Pertence-me a mim a prioridade na divulgação em Portugal da edição «definitiva, reelaborada e ampliada» d'*A Épica Portuguesa no Século XVI*, publicada em São Paulo, em 1950, como n.º 6 das publicações da Cadeira XXXV: Literatura Portuguesa. A pedido do Doutor Rebelo Gonçalves, meu professor em Coimbra e director de BRASILIA (outra revista, ao que penso, infelizmente suspensa), redigi para o vol. V, publicado em 1950 — o mesmo em que se contém uma apreciação de dois trabalhos do Prof. Soares Amora, consagrados a *O Nobiliário do Conde D. Pedro* e a *El-Rei D. Duarte e o «Leal Conselheiro»*, devida ao malogrado filólogo clássico, Dr. Felisberto Martins —, uma extensa recensão crítica, de 12 páginas, que, há pouco, o Dr. Gilberto Moura teve a gentileza de recordar, a par das críticas de Maria Rosa Lida de Malkiel, Gerald Moser, Carlos de Assis Pereira e Celso Vieira, em notícia bibliográfica publicada no n.º 8 da 5.ª série da *Revista da Faculdade de Letras* (Lisboa, 1987), a propósito da mais recente edição d'*A Épica Portuguesa no Século XVI*, ampliada com os últimos estudos camonianos de Fidelino de Figueiredo, edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1987).

Deixo aqui este registo, para que se não pense que só agora se fala daquele notável trabalho de Fidelino, e sobretudo porque não poderia deixar de declarar, com mente agradecida, que foi graças ao estudo e análise d'*A Épica Portuguesa* que iniciei os meus estudos de Camonística, que procuro cultivar e honrar há cerca de 40 anos. Por outro lado, a minha colaboração na BRASILIA deu origem a uma troca de correspondência com o Prof. Fidelino de Figueiredo, que, ao enviar-me um exemplar da sua *Espanha — Uma Filosofia da Sua História e da Sua Literatura*, editada em São Paulo, em 1943, a fez acompanhar de amável dedicatória que transcrevo: «A Justino Mendes de Almeida, leitor attencioso e indulgente da *Epica portuguesa no século 16º*, muitos cumprimentos affectuosos do agradecido e distante collega Fidelino de Figueiredo.» A que ponto ia a generosidade do Mestre!

A *Épica Portuguesa no Século XVI*, não sendo a única, é, contudo, a mais valiosa peça da contribuição de Fidelino de Figueiredo para os estudos camonianos. Em que consiste essa obra fundamental, que foi sendo ampliada em sucessivas edições, e de que se têm feito leituras diversas?

Para nós, esse importante livro é um *corpus* de testemunhos documentais, tratados com mestria, fidedignos e bastantes, para suporte de uma tese original sobre o conceito e génese da Epopeia, em particular de *Os Lusíadas*. E para tanto, o livro está dividido em três partes, a primeira das quais trata de factos e ideias preliminares, subdividida em três capítulos, designados por *A Repercussão da Obra Camoniana, Epopeia e Nacionalidade e Conceito e Génese da Epopeia*.

A segunda parte consta de dezanove capítulos a que o autor chama «índices de ambiência lendária», a parte mais extensa, mais erudita, mais variada e mais susceptível de discordância; alguns aspectos aqui discutidos ainda hoje se não encontram suficientemente esclarecidos, como seja a explicação do título da obra de Duarte Pacheco Pereira: se a segunda parte não oferece dúvidas quanto a ser a designação genérica e corrente da *Geografia* de Pompónio Mela, a primeira, que alguns pretendem seja de influência italiana, ainda não encontrou melhor interpretação do que a que foi dada por Epifânio Dias na introdução da edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, a melhor de todas as edições do *Esmeraldo* no aspecto linguístico: *Esmeraldo*, na sua forma masculina mais próxima do latim, outra coisa não seria senão o nome de uma pedra preciosa, a *esmeralda* (a lembrar a cor verde do mar), para significar a excelência da obra, à semelhança de outros títulos, como a *Pérola das Geografias*.

Mas outros aspectos, versados nesta segunda parte da obra de Fidelino de Figueiredo, já hoje se encontram definitivamente esclarecidos, como é o caso do nome do Doutor Garcia d'Orta, e não Garcia da Orta, como provou o Dr. Silva Carvalho, em artigo publicado na *Revista da Universidade de Coimbra*.

A terceira e última parte da *Épica* é preenchida pelas *ideias finais*, donde ressaltam quatro corolários que, à maneira de síntese, aqui reproduzimos:

1.º A reconstrução das fontes de uma epopeia não é o descobrimento dos livros que o poeta leu e de que se rodeou ou lembrou no momento da redacção da sua obra;

2.º Uma compreensão melhor da carência de epopeia nacional das navegações na literatura espanhola, apesar da primacial significação da conquista e colonização da América na história de Espanha;

3.º Apesar da sua abundância bibliográfica, a poesia épica portuguesa de carácter nacional não é um ciclo, reduz-se ao poema *Os Lusíadas*;

4.º A verdadeira epopeia da Renascença, pela fidelidade ao seu espírito e pelo relevo genial com que o expressa, é o poema de Camões.

Voltando à tese de fundo, ou seja, ao conceito e génese da epopeia, Fidelino de Figueiredo revê, com um rigor científico e uma capacidade intelectual não frequentes, as muitas tentativas realizadas através dos séculos para explicar esse enigma que é «o mais antigo problema da literatura».

Não vemos razão para alterar o que, a este propósito, escrevemos.

É um capítulo duma erudição invulgar e inexcedível, que prima pela segurança e extensão dos conhecimentos, qualidades que só podem encontrar-se em quem consagra uma vida inteira ao ideal que professa ou aos estudos que o animam.

E assim, partindo de Aristóteles, «o verdadeiro fundador da theoria da litteratura» (pág. 39), em cuja *Poética* se encontra o primeiro conceito de epopeia, de Aristóteles que admirava mais Homero que o génio literário da epopeia, não esquecendo o alargamento que mais tarde, já no século IV a.C., tomou a crítica homérica, com Zenódoto, Nicanor, Calímaco, Eratóstenes e Herodiano, da Escola Alexandrina, conclui que nesta primeira fase muito nos ficou sobre o conceito de epopeia, mas nada sobre a sua génese. «A discussão crítica renasce na Itália do século XV, em plena febre humanística» (pág. 44), mas nesse movimento de criação épica que teve o seu início na primeira metade do mesmo século, procurou-se sobremaneira imitar Homero para compor novos poemas dos quais foram reconhecidos como modelos, na Renascença e depois na Contra-Reforma, o de Ariosto e o de Torquato Tasso. Mas «nem uma só vez se levantou o problema da génese da epopêa, como forma litteraria de inspiração collectiva» (pág. 45). Foi com o pré-romantismo alemão «que se entrou em fase de maior penetração e de mais scientifica realidade» (pág. 36), e surgem, a seguir, numa exposição de ideias bem ordenadas e sistematizadas, os nomes e teorias daqueles que mais contribuíram para uma possível interpretação do problema em causa: Robert Wood e o seu ensaio sobre o *Original Genius of Homer*, de 1767, G.F. Wolf com os seus *Prolegomena ad Homerum*, de 1795, Herder, em *Die Stimmen der Volker*, de 1778, Claude Fauriel e a sua edição, em 1824, dos *Chants Populaires de la Grèce*, Gaston Paris e a sua teoria das «cantilenas» e Pio Rajna com a sua tese do «bilinguismo», apresentada no livro *Origini dell'Epopee Francese*, de 1884. Mas foi, na opinião de F.F., com os métodos de Joseph Bédier e Menéndez Pidal que a erudição mais lucrou. E quando estes mestres dos estudos literários pensaram em discutir cada caso dentro das suas próprias fronteiras e analisá-lo na sua singularidade histórica, «o das epopêas homericas no mundo hellenico, ... o das epopêas germanicas na Allemanha...» (pág. 58) e assim os casos restantes, foi então, pensava F.F., que se encontrou o caminho melhor para uma explicação segura da génese da epopeia.

E concretiza: «... Pois é este methodo que me permitto applicar ao caso português, que não é o da origem de uma epica medieval, mas o da origem de uma epica renascentista, erudita e de authentica auctoria individual.. Temos de recorrer... aos mythos guiadores, aos ideaes verdadeiros ou falsos, que se haviam crystallisado antes do advento do poeta epico...» Mas, para F.F., a palavra *mito* não tem aquele sentido que lhe atribui o etnólogo: «os meus mythos heroicos», esclarece, «partem da realidade historica e atestam a collaboração memorial e emocional collectiva exercida sobre o que é singular até ao prodigio de superação do homem pelo homem... A formação gradual de taes mythos é que nos compõe a ambiencia lendaria — *lendaria* digo por falta de palavra mais apropriada...» (págs. 59-62).

E, nesta ordem de ideias, procura F.F. dar-nos a na segunda parte da sua obra os índices daquela

ambiência lendária de que fala e cuja criação diz ter sido acompanhada «dos sentimentos de espera e de busca dum novo Homero» que coordenasse esse ciclo de matérias, de «mythos», já envelhecidos e distanciados, mas ainda conservados pela «velhice fresca da lenda...» (pág. 62).

A tese de F. F. sobre o conceito e origem da epopeia, engenhosamente architectada, não foi recebida sem reservas; o Prof. Hernâni Cidade não a aceitou inteiramente.

Foi, na verdade, o Prof. Fidelino de Figueiredo, no seu estudo *A Épica Portuguesa no Século XVI*, quem primeiro procurou demonstrar a existência, em tempo de Camões ou em tempos imediatamente anteriores, de tendências épicas de que *Os Lusíadas* serão a expressão genial, isto é, existia no séc. XVI um clima histórico e cultural em tudo propício à redacção de um poema de exaltação das glórias pátrias. Mas, a par desta confirmação, Fidelino de Figueiredo defende a tese de que a epopeia «é a glosa de um mito, a coroação individual, pelo poder de expressão, da obra colectiva» e que «O mito é a condição prévia da epopeia». Para o ilustre crítico literário e saudoso ensaísta, a obra colectiva, que tomou expressão individual n' *Os Lusíadas*, ou seja, o mito glosado n' *Os Lusíadas*, seriam: «A redacção em latim por Mateus Pisano e Frei Justo de Ceuta dos feitos ultramarinos; os panegíricos do espírito heróico de João de Barros, Castanheda e Gaspar Correia; as claras exortações de António Ferreira a Pedro de Andrade Caminha, a D. António de Vasconcelos, a D. António de Castilho, a Diogo Bernardes e a Diogo de Teive, para que componham uma epopeia nacional; a ostentosa tecedura de grandes tapeçarias históricas, entre elas colecções consagradas ao descobrimento e conquista da Índia; a propaganda em latim desses feitos orientais pelos escritos de Damião de Góis, Diogo de Teive e D. Jerónimo Osório, dirigidos a toda a Europa; compromissos do mesmo Teive, projectos de Jorge de Montemor para celebrar os feitos dos descobrimentos...»

Desta posição discordava o Prof. Hernâni Cidade, para quem tais propósitos individuais, ou realizações individuais, relativos a factos históricos, constituíram o ambiente favorável à redacção de *Os Lusíadas*, mas não foram obra colectiva, de que o Poema representasse expressão individual, como resultado de uma criação mítica. O mito, acrescenta o Prof. Hernâni Cidade, implicando inconsciente transfiguração da realidade, não parece adequar-se a verdades históricas que Camões opunha às *Façanhas fantásticas, fingidas, mentirosas* dos antigos, e não há passo do Poema em que transpareça o processo de elaboração mitológica ou lendária, antes em todos se reconhece a perfeita fidelidade do Poeta às suas fontes históricas.

Eu penso que as duas posições se podem conciliar: a existência de uma obra colectiva de criação mítica pré-*Lusíada*, e, em certa medida, sua determinante, parece irrecusável, se atentarmos em que, por uma transfiguração inconsciente da realidade, a fantasia anónima excitada generalizara a idealização de mais um Povo-Rei, o Povo Português, o Luso, predestinado, como que por decisão divina, para uma intervenção decisiva nos destinos do Mundo; em sequência, os escritores ou eruditos que antes referimos, criaram aquilo a que se chamaria, também segundo Fidelino de Figueiredo, os índices de ambiência épica, que culminaram na elaboração de *Os Lusíadas*, sobre matéria épica histórica, fruto da criação individual do génio de Camões. Não são as *façanhas fantásticas*,

fingidas, mentirosas dos antigos que o Poeta canta, mas sim a *verdade nua e pura, que vence toda a antiga escritura*, os feitos do Luso, sem, contudo, retirar ao Poema o conceito clássico de herói e de poema épico.

Peço licença para referir ainda uma circunstância relacionada com matéria da segunda parte da obra de Fidelino, ou seja, com os chamados «índices de ambiência lendária». Quis o acaso permitir-me a localização, na Biblioteca-Geral da Universidade de Coimbra, de um raro opúsculo do douto florentino Francesco Albertini, intitulado *Septem mirabilia orbis et urbis Romae et Florentinae civitatis*, precedido de uma carta-dedicatória em língua latina ao rei D. Manuel, que publiquei em 1955, em homenagem a Fidelino de Figueiredo. Dou aqui, pela primeira vez, a versão portuguesa dessa carta:

A D. Manuel, rei invictíssimo de Portugal e dos Algarves,
Francesco Albertini, florentino, saudando, deseja felicidade.

O famoso Alexandre Magno, não contente com um só mundo, para que sempre encontrasse novidades, depois de conhecer as restantes partes do Universo, levou o seu exército até à Índia, onde antes só chegara, segundo lemos, Dionísio. Sedento de louros e glória, muito demandou e inquiriu para que a fama do seu nome fosse eterna. Daqui que justamente, junto ao túmulo de Aquiles, em Sigeu, tivesse proclamado: «Ó Aquiles, que afortunado foste por teres sido exaltado pelo engenho divino e pelo canto do grande Homero!» Nada melhor para o homem que nasceu para proteger os outros, e o nome de Alexandre é eterno. A este deveis vós, invictíssimo Rei, ser comparado, já que sempre vos mostrastes fidelíssimo à Igreja Católica e Lhe acrescentastes e ao vosso Império povos até hoje desconhecidos e quase não ouvidos. E tudo isto para vossa grandeza e amor da virtude, enquanto procurastes imitar, igualando, os feitos constantes de vossos avós, descritos nas páginas das crónicas, das quais vos não afastais como verdadeiro perscrutador da Antiguidade.

Tendo eu há pouco redigido e editado um opúsculo sobre Roma antiga, que dediquei ao papa Júlio II, vim a saber por um conterrâneo meu, Bartolomeu Florentino, mercador que vive no vosso reino, que o vistes e manifestastes grande vontade de o possuir. Eu, que sou um admirador do vosso tão elevado valor, não quis perder esta oportunidade única de, embora indigno dos vossos louvores, vos demonstrar a minha obediência e lealdade para convosco, enviando-vo-lo, juntamente com outro pequeno opúsculo sobre as sete maravilhas do mundo e de Roma, o qual, se não é como deveria, recebei-o, no entanto, assim mesmo, ó Rei invictíssimo. É de bom grado que vos oferto este modesto presente; não desprezeis a sua pequenez e aceitai-o como a vontade de um ânimo que vos é devotado. Nós, os súbditos, damos aos grandes Senhores parques presentes, como é o caso, em testemunho de fidelidade. Mas se eu vier a reconhecer que ele foi grato a Vossa Majestade, procurarei oferecer outros e melhores, de forma que por longo tempo reine, e eu não seja esquecido.

Roma, 5 de Fevereiro de 1510.

Este documento recebeu-o Fidelino de Figueiredo como um testemunho mais em defesa da sua tese, e ainda estou a ver o ar de satisfação do Prof. Hernâni Cidade, ao comunicar-me que o trabalho vinha referido num dos últimos livros do Mestre, com a recomendação de que bom seria que outros revelassem idênticos testemunhos. Por mim, senti-me, na verdade, feliz por ter seguido a sua lição.

No final da minha recensão de 1950, tinha formulado este voto:

«Ao terminar a nossa despreziosa notícia bibliográfica, não podemos deixar de congratular-nos com o aparecimento deste livro e de felicitar o Prof. F. de Figueiredo, a quem os estudiosos da Filologia Clássica particularmente devem já um inesquecível serviço, por mais este elevado e tão precioso tributo prestado às letras nacionais, renovando os votos já formulados nas colunas desta revista em relação a outras obras de Fidelino de Figueiredo: que nos seja dado consultá-la, tão depressa quanto possível, numa edição portuguesa.»

Passados quase quarenta anos, cumpre-se o voto com a recente edição de *A Épica*, devida à Imprensa Nacional-Casa da Moeda: falta, no entanto, cumprir um voto de Fidelino de Figueiredo. Ele, que nos deu a mais completa bibliografia portuguesa de literatura greco-latina que até hoje se publicou em Portugal (v. *A Crítica Literária como Ciência*, 3.^a edição, pp. 113-118, Lisboa, 1920, e *Estudos de Literatura*, 4.^a série, pp. 227-245, Lisboa, 1921-1922), preconizou um dia a criação de um organismo técnico, um Instituto Nacional de Bibliografia, que tivesse por missão organizar a bibliografia geral do passado e registar a de cada dia e cada hora. Mas a sua proposta não foi ouvida. Este apelo, lançamo-lo às entidades competentes, a bem das actividades de investigação no nosso país.

Portugal nem sempre é desagradecido. Só que essa justiça, que é devida a certos homens, tarda por vezes a chegar. Para alguns não chega nunca. Recordo-me que passou há pouco o centenário de Ernesto Soares, dessa plêiade de eruditos que frutificou na Associação dos Arqueólogos Portugueses, e, que eu saiba, nem uma palavra de gratidão ou de simples lembrança. Contudo, todos nós utilizamos, quase todos os dias, os seus *índices* do *Inocêncio*, esforço laborioso que tantas horas de trabalho nos poupa. Cito um caso de entre tantos! Poderia citar ainda — e dolorosamente o faço! —, até porque foi grande amigo do homenageado de hoje, o caso de Hernâni Cidade, tão pouco lembrado no seu centenário para quem tanto trabalhou, e tantos discípulos formou! Atitudes desconcertantes dos homens, que, por vezes, arrastados por paixões momentâneas, que, afinal, a poucos aproveitam, se é que aproveitam a alguém, esquecem o cumprimento dos mais elementares princípios!

E se, por fás ou por nefas, alguns desses homens são atingidos pelo espectro negro da Política, então de todo se oblitera a razão das gentes e se perde a capacidade de julgar com objectividade.

Mas nem sempre assim sucede, felizmente. E a nossa Academia também nisto tem sido exemplar e fiel aos princípios que sustenta, e salutarmente defende, de que aqui se presta culto aos valores do honesto estudo, conjuntamente com os predicado morais que exornam as figuras de eleição, de entre os quais avulta o da gratidão.

A sessão de hoje é bem exemplo desta recta attitude de espírito: a lembrança e glorificação de um Homem que aos estudos históricos e literários, e à exaltação da Pátria e das suas virtudes consagrou toda uma vida.

E assim, e uma vez mais, a Academia Portuguesa da História, ao promover tão justa homenagem ao Prof. Fidelino de Figueiredo, nome para sempre inscrito na coluna brônzea dos probos obreiros do trabalho intelectual, pela dignificação de um Homem, modelo de integridade e de consagração ao estudo, a Academia Portuguesa da História, com tão alto exemplo, a si mesma se dignifica.